

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Carão Brasileiro

Class.: 438

Data: 12 de Outubro de 1987

Pg.: \_\_\_\_\_

### Carta da Igreja condena difamação

Com um documento intitulado "Carta ao povo de Deus", os bispos missionários do Amazonas condenaram as denúncias "forjadas" pelo jornal O Estado de S. Paulo contra o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e defenderam sua missão missionária e a integridade das populações indígenas.

Os bispos do Amazonas estão lendo a "Carta" em todos os meios de comunicação da Igreja daquela regional, sobretudo no meio direto de comunicação, que é a "celebração semanal" das comunidades.

Segundo os bispos, existe uma grande campanha contra os povos indígenas e contra a Igreja. Isto levou os bispos da CNBB-Regional Norte I a refletirem sobre o significado desses acontecimentos. "Concluímos que é nossa obrigação esclarecer as comunidades cristãs e toda a população o seguinte: as agressões contra a Igreja, com calúnias, ameaças, expulsões de missionários visam a invasão, ocupação dos últimos redutos territoriais das nações indígenas e seu extermínio, por parte de poderosas empresas capitalistas".

"Solidários com estes membros da Igreja atingidos e particularmente com os novos indígenas, afirmamos como o apóstolo Paulo: "se um membro sofre todos os membros compartilham o seu sofrimento".

"Diante desse planejado processo de desintegração e morte que pesa sobre toda a Amazônia, a Igreja reafirma sua posição a favor da vida e vida em abundância para esses povos. Nos 350 anos de presença missionária na Amazônia, a Igreja fez consistir a evangelização não só na transmissão da palavra de Deus, mas também na defesa da saúde, educação e crescimento cultural. Reconhecemos que houve erros, principalmente por omissão, quando ficamos assistindo passivamente a morte de muitos povos da Amazônia. Por esses erros, humildemente pedimos perdão. A reflexão e avaliação sobre essa experiência missionária levou a Igreja a se empenhar cada vez com mais coragem num projeto de vida para os povos indígenas, assumindo a defesa de seus direitos fundamentais. Por isso acontece a campanha difamatória contra ela".

### CNBB defende soberania

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através do seu último boletim, admite que os debates em torno do sistema de governo e do mandato presidencial não podem ser vistos como mera questão entre políticos. Acreditando que os temas permearão os demais debates constitucionais, a CNBB entende que essas questões são fundamentais, pois se relacionam diretamente à soberania popular.

O órgão acredita que a demonstração do desrespeito à Constituinte "é a permanente ameaça que o Executivo lança contra a soberania do processo constitucional, difundindo que se aprovado o regime parlamentarista, irá arguir no Supremo Tribunal Federal os limites do poder constituinte para deliberação sobre a questão".

Segundo a CNBB, "o Supremo dificilmente se afastará da

vontade popular expressa na emenda constitucional de convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

A CNBB afirma, também, que no jogo político que envolve hoje os governos federal, estadual e o parlamento, "a única saída que se firma como mais próxima à retomada do processo de transição, rompidos bem antes da desagregação da Aliança Democrática, é a formação de um novo pacto político, entre partidos cujos limites de coalização obedecem a parâmetros sociais legitimados que se configurem com instrumentos de realização da reforma agrária, participação popular no aperfeiçoamento constitucional, garantia de referendums populares às questões controvertidas da Constituição, supressão do regime de exceção ainda mantido na Lei de Segurança Nacional e construção de uma nova política econômica, baseada na soberania nacional".